

## Questão de Justiça

É vergonhoso, e bastante ariscado, ter a Prefeitura de Montenegro inscrita no “cadastro de caloteiros” do Estado. Porém, é justo. O Município realmente falhou na entrega de sua contrapartida. Não garantiu a distribuição da água após a perfuração de poços feita pelo governo estadual no interior, em 2017. Já estávamos no Governo Kadu. Faltou planejamento; e, agora, a desorganização bateu na porta pra cobrar a conta. É o que sempre acontece.

Mas já que estamos falando de Justiça, não se pode esquecer que o mesmo Estado que marca o Município como um “devedor” não é nenhum exemplo de bom pagador. Os professores que, por vários meses, receberam seus salários parcelados que o digam. Com a Prefeitura de Montenegro, mesmo, há uma dívida milionária na área da Saúde; a que está sendo negociada pela troca de prédios na cidade. Ela não culminou no registro da Administração Estadual em cadastro de proteção nenhum. Deveria.

## Inimigo do futebol?

Chegou aos ouvidos do vereador Paulo Azeredo (PDT) que ele estava sendo acusado de ser contra o futebol pela cidade. Ele não gostou nada da acusação. O comentário foi motivado por um pedido de informações que o parlamentar, dentro do seu direito, fez ao Governo Zanatta. Azeredo achou curioso o do Campeonato Municipal de Futebol de Montenegro tivesse jogo em Pareci Novo, então buscou

detalhes. As respostas chegaram nessa semana. O que ocorre é que o regimento do evento permite a inscrição de times com 25 atletas, sendo que cinco podem ser moradores de fora do Município. É o caso do “São Pedro”, que apesar de ter sede no Pareci, onde foi o jogo, tem a maioria dos jogadores morando aqui. Tudo em ordem; tanto com a organização quanto com o vereador, que só cumpriu o seu papel.



# Os vereadores estão com um novo poder

Muita gente faz confusão sobre o papel e os limites de atuação dos vereadores. Ainda que, na “política de boa vizinhança”, eles até consigam fazer com que a Prefeitura realize alguma obra de sua vontade (ou da necessidade de sua base eleitoral), eles nunca tiveram, efetivamente, o poder de apontar onde o Município deve investir o seu orçamento. A partir de 2022, isso muda. 1,2% da Receita Corrente Líquida da Prefeitura (com base, sempre, no ano anterior ao da aprovação do orçamento anual) estará disponível aos parlamentares para o apontamento das chamadas “emendas impositivas”. A lógica é parecida com a das emendas parlamentares aos orçamentos da União ou do Estado. Em 2022 será interessante ver como Legislativo e Executivo municipal vão operacionalizar a novidade.

Um ponto chave desse novo poder dos vereadores é, justamente, a “imposição”. Para além de um mínimo de gasto anual pra Saúde (15%) e pra Educação (25%), essa fatia dada a Câmara será a única parte do orçamento cuja destinação e execução serão obrigatórias. O restante das ações apontadas pelo governo, que também passam pelo Legislativo amparadas em ferramentas como o PPA e a LDO, continuam sendo apenas “autorizativas”.

Em outras palavras, se não executar o projeto custeado com a emenda dos vereadores, o prefeito precisa justificar, tecnicamente, o que ocorreu. Já, se não fizer todo o resto, que colocou na LDO e no PPA, não dá nada. É uma reflexão pertinente, pois isso já se viu bastante na história de Montenegro e de várias partes do País. Os instrumentos de orçamento e defini-

ção de metas são aprovados para cumprir com a Legislação; mas a execução, que deveria ser norteada por eles, acaba seguindo outros rumos. Isso apesar de ambos serem ferramentas importantes e bastante úteis da gestão e planejamento a longo prazo.

Outro ponto a observar, sobre as emendas impositivas, é que elas também têm o potencial de fazer mais um nó nas amarras que o governo têm quanto a aplicação dos seus recursos. Com boa parte da arrecadação indo pro custeio da máquina pública, em salários, luz, água, alugueis e afins, é mais um pedaço do dinheiro que ficará comprometido com um investimento que, não necessariamente, é a prioridade do momento. Vai demandar bastante diálogo entre os poderes para que essa nova possibilidade seja usada com sabedoria.



## Olhar pro lado

O Município de Maratá conduz mais uma Oktoberfest de sucesso. Atenta aos efeitos da pandemia ao setor cultural, a organização optou por valorizar os artistas locais, que são as principais atrações do evento. A festa é feita através da Associação Cultural de Maratá (ACM), com repasse de recurso do Município, além de patrocínio e verbas da própria Oktober, com as entradas, a venda de bebidas e os expositores.



## Frente da Saúde

Requerida e aprovada por iniciativa do vereador Paulo Azeredo (PDT) em abril, a Frente Parlamentar da Saúde, na Câmara, só teve a primeira reunião na semana passada. Foram seis meses depois. Além de Azeredo, o grupo é composto por Ana Paula Machado (PTB) e Camila Oliveira (Republicanos). O 1º encontro (foto) foi motivado pelo Programa Assistir e o iminente corte de repasses de verba do Estado ao Hospital Montenegro. Camila, que já foi buscar apoio na bancada republicana da assembleia, também está levando a pauta à Brasília, junto ao Ministério da Saúde e o Departamento de Auditorias do SUS; que também enviam recursos ao HM.

FOTO: ACM/CÂMARA

## 287 de volta à pauta

Se depender do vereador Paulo Azeredo (PDT), a instalação das sinalleiras nas travessias urbanas da RSC-287 saíram do papel. Ele declarou que vai buscar o Ministério Público com o intuito de fazer a proposta andar. Quando prefeito, em 2015, seu governo chegou a adquirir os equipamentos. Porém, após a cassação, começou um jogo de empurra entre a Prefeitura e o Daer quanto a quem pagaria pela instalação. O MP entrou com uma ação civil requerendo que os semáforos fossem colocados. A Justiça acatou, até deu prazo pra isso, de 90 dias. Porém, a Prefeitura entrou com recurso, o prazo caiu e nada foi feito.

A declaração de Azeredo fez Talis Ferreira (PP) ir à tribuna pra voltar a defender a solução proposta pelo Governo Zanatta; de construir rótulas nas travessias da rodovia. Num *replay* de uma discussão que ambos já tiveram meses atrás, Talis apontou a necessidade imediata de uma solução; e como voltar a discutir as sinalleiras pode ser entrave pras tratativas. Do outro lado, Azeredo defendeu que as sinalleiras serão soluções mais baratas que as rótulas; e de mais fácil execução. Elas sanariam o problema até que, com a futura concessão da RSC-287 à iniciativa privada, a empresa que assumir a estrada promovia as soluções previstas no contrato – dentre viadutos e passarelas.

## Plano Diretor

O vereador Talis Ferreira (PP) está fazendo o dever de casa quanto às modificações do Plano Diretor. O projeto ainda nem foi pra Câmara – segue em análise no conselho municipal – mas o parlamentar já está estudando o assunto e conversando com “entendidos”. Na Câmara, semana passada, ele se referiu ao projeto como “o mais importante pra cidade dos últimos anos”.

É por aí mesmo. O plano é um conjunto de leis que regra toda a organização urbana do Município e traça o seu crescimento. Antes da aprovação, Ferreira defende que é preciso organizar formas de ampliar o debate sobre o dispositivo junto a toda a comunidade. “O plano diretor tem que contemplar uma cidade inteira e não somente um segmento”, declarou. Essa discussão tem potencial de ir longe.

